

SUMÁRIO

EDITORIAL.....	11
----------------	----

NOTA ESPECIAL

Contribuição sindical do servidor público

Contribution of the public servants

GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO.....	21
--------------------------------------	----

DOCTRINA

CADERNO ESPECIAL: COMPLIANCE

Compliance e direito penal na era pós-lava jato

Compliance and criminal law in the post-lava jato era

RENATO DE MELLO JORGE SILVEIRA	31
--------------------------------------	----

Compliance, direito penal e investigação criminal: uma análise à luz da ISO 19600 e 37001

Compliance, criminal law and criminal investigation: an analysis from the perspective of ISO standards 19600 and 37001

MÁRCIO ADRIANO ANSELMO.....	53
-----------------------------	----

Gatekeepers e soluções de compliance

Gatekeepers and compliance solutions

EDUARDO SAAD-DINIZ e SOFIA BERTOLINI MARTINELLI.....	69
--	----

Compliance trabalhista

Labor compliance

RICARDO INNOCENTI, VIVIAN CAVALCANTI OLIVEIRA DE CAMILIS, RICARDO DA SILVA MARTINEZ, LIBIA ALVARENGA DE OLIVEIRA e SAMANTA L. S. MOREIRA LEITE DINIZ.....	91
--	----

ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO

A autocomposição entre entes públicos na Lei de Mediação: uma visão sobre a constitucionalidade e seus reflexos sobre a responsabilidade fiscal

The alternative dispute resolutions among public entities in the mediation act: a vision on constitutionality and its reflections on fiscal responsibility

CARLOS ANGELO CIBIN LAURENTI e VERÔNICA RODRIGUES DE MIRANDA.....	105
---	-----

DIREITO ADMINISTRATIVO

A aplicabilidade do princípio da função social na propriedade pública

The applicability of the social function in public property

ANANDA SANTOS PAMPONET e LÍLIAN DE BRITO SANTOS..... 129

Regime jurídico das áreas institucionais

Discipline of the public areas in land division

ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS NAKAMURA 151

Necessidade de indenização justa nos casos de remoção coletiva involuntária

The need of fair indemnity in case of collective removal

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA FILHO e ISABELLE QUEIROZ DE LIMA..... 165

DIREITO AMBIENTAL

O bem jurídico tutelado nos crimes de crueldade contra os animais

The protected legal interest in crimes of cruelty against animals

LARISSA NASCIMENTO 197

DIREITO CIVIL

Responsabilidade contratual: prazo prescricional de dez anos

Contractual liability: ten year statutory limitation period

JUDITH MARTINS-COSTA e CRISTIANO DE SOUSA ZANETTI..... 215

DIREITO CONSTITUCIONAL

Direitos fundamentais e a era digital

Fundamental rights and the digital age

VICENTE VASCONCELOS CONI JUNIOR e RODOLFO PAMPLONA FILHO 245

DIREITO DESPORTIVO INTERNACIONAL

La funzione sociale dello sport nell'ordinamento internazionale, europeo ed italiano

The social function of the sport in the International, European and Italian legal order

ANTONELLA D'ANDREA..... 279

DIREITO DE TRÂNSITO

Segurança viária sob influência da Curva de Kuznets

Road safety under the influence of the Kuznets Curve

CÁSSIO MATTOS HONORATO 307

DIREITO DO CONSUMIDOR

A cláusula de mediação nos contratos de adesão em relações de consumo

The mediation clause in consumer relation contracts

EDUARDO MACHADO DIAS 351

DIREITO TRIBUTÁRIO

O IPVA pode ser extinto?

The IPVA can be extinguished?

AMAURY RAUSCH MAINENTI 373

MEMÓRIA DO DIREITO

Princípios garantistas e a delinquência do colarinho branco

CEZAR ROBERTO BITENCOURT 401

ENTREVISTA

Entrevista com Marina Pinhão Coelho Araújo

ALINE DARCY FLÔR DE SOUZA, DIEGO GARCIA MENDONÇA e MARCELLA PÂMELA DA COSTA SILVA 419

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

- HABEAS CORPUS – Alvará de soltura – Excesso de prazo da prisão preventiva – Transcorridos mais de três anos desde o julgamento, sem análise da apelação interposta
Comentário por RAUL MARQUES LINHARES 432
- REPERCUSSÃO GERAL – *Horas in itinere* – Tempo gasto para deslocamento da portaria ao local de registro de entrada da empresa – Apelo extremo fundamentado em argumentos genéricos
Comentário por GILBERTO STÜRMER 439

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA – Dispensa de prévia citação dos sócios – Basta apresentação de defesa *a posteriori* – Inexistência de prejuízo à defesa, uma vez que os sócios já estavam no polo passivo da execução
Comentário por CRISTIANO GOMES DE BRITO 453
- EXECUÇÃO PENAL – Falta grave – Rol taxativo que prevê as condutas para configuração – Uso de tornozeleira eletrônica fora dos perímetros estabelecidos que autoriza sanção disciplinar apenas
Comentário por ROSMAR RODRIGUES ALENCAR 484
- FIANÇA – Extensão aos honorários sucumbenciais – Contrato benéfico que impõe uma interpretação de forma restrita, favoravelmente ao fiador
Comentário por ORLANDO CELSO DA SILVA NETO 500
- EXECUÇÃO – Cobrança de debêntures – Condicionamento da extinção ao cumprimento das obrigações consignadas no título de crédito – Inaplicabilidade do prazo previsto no art. 74 da Lei das S.A.
Comentário por MARCOS SADER 505

- HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – Redução da verba honorária – Permitida em caráter de exceção quando o valor se mostrar exorbitante – Entre o oferecimento dos embargos e a prolação da sentença transcorreram pouco mais de cinco meses
Comentário por RAVI PEIXOTO 530
- INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA – Intimação para reconhecimento da prescrição intercorrente e possibilidade de oportunizar manifestação ao autor após esse prazo
Comentário por OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ 545

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA NA ÍNTEGRA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- REPERCUSSÃO GERAL – Aumento das alíquotas das contribuições previdenciárias dos servidores do Estado de Goiás – Princípios do equilíbrio financeiro e atuarial, caráter contributivo do regime, razoabilidade e vedação do confisco 561

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- DIREITO AUTORAL – Violação – Obra arquitetônica – Embora a reprodução seja vedada, a lei permite pequenos trechos ou mesmo a obra integral, desde que não seja o objeto principal da obra nova 581

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- PENSÃO POR MORTE – Exigência de decisão judicial reconhecendo a união estável e a separação de fato para a concessão da benesse 595
- CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA – Inocorrência – Audiência realizada para a oitiva de testemunhas sem o comparecimento da paciente – Inexistência de prejuízo... 597
- EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – Pretensão de ressarcimento ao erário em razão de dano decorrente de ilícito civil – Sentido da expressão "ilícito civil" já analisado pelo acórdão impugnado, referente aos de natureza semelhante aos decorrentes de acidente de trânsito... 599
- CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – PIS – Incidência em receita ou faturamento de cooperativa – Possibilidade de tributação a partir da constatação do fato gerador e não pelo fato de o ato do qual o faturamento se origina ser qualificado ou não como cooperativo 601

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- COMPETÊNCIA – Questões que são essencialmente de Direito Privado, embora com inevitáveis conexões com o Direito Público – INPI que é autarquia cuja função é executar as normas relativas à matéria em questão 607
- PREVIDÊNCIA SOCIAL – Pensão por morte – Menor sob guarda – Benefício devido mesmo se o falecimento se deu após a modificação legislativa promovida pela Lei 9.528/1997 na Lei 8.213/1990 609
- USUCAPIÃO – Bem imóvel vinculado ao Sistema Financeiro de Habitação e de titularidade da Caixa Econômica Federal – Órgão de execução da política habitacional, explorando serviço público de relevante função social 611

• MEDIDA ASSECURATÓRIA – Sequestro e bloqueio de bens – Manutenção – Não se justifica em razão de passados três anos da efetivação sem que tenha ocorrido denúncia, relatório policial ou mesmo o fim das investigações.....	613
• PRESCRIÇÃO – Interrupção do fornecimento de água durante cinco dias – Relação entre concessionário de serviço público e usuário final que é de consumo	615
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	
• RESPONSABILIDADE CIVIL – Dano moral, estético e material – Acidente de trabalho – Assalto a agência bancária que culmina com alvejamento no crânio de empregado....	621
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	
• NULIDADE – Não há como admitir que a questão de ordem pública processual possa ser admitida em qualquer grau de jurisdição – Tema veiculado após a interposição de recurso especial.....	649
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO	
• IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – Ex-servidor do IBGE acusado de ter sido responsável pelo incremento artificial do censo demográfico de município, visando receber maiores repasses	653
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO	
• APOSENTADORIA – Direito de conversão de tempo de serviço de atividades insalubres no regime celetista para o estatutário – Norma constitucional que reserva à lei complementar a regulação da matéria	657
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ACRE	
• CRIME – Concurso formal de delitos – Homicídio e corrupção de menores – Animus necandi presente ante a efetuação do disparo contra a vítima assim que abriu a porta, sem sequer anunciar o assalto	661
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ALAGOAS	
• SAÚDE PÚBLICA – Garantir a recém-nascido exame médico – Direito fundamental, sendo essencial a atuação dos entes políticos para fazer valer o cumprimento da normal.....	665
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ	
• RESPONSABILIDADE CIVIL – Exigência de assinatura em termo de confissão de dívida para liberação da documentação de transferência de aluno – Conduta da administração escolar que se afigura como ilícita	669
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS	
• CONFLITO DE COMPETÊNCIA – Processo penal – Resolução interna sobre audiência de custódia e regra sobre redistribuição dos autos – Não há que se falar em inconstitucionalidade, pois esta audiência tem fundamento na Convenção Americana de Direitos Humanos	675
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO	
• TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS – Para determinar se a droga apreendida destinava-se a consumo pessoal, a autoridade atenderá não só a quantidade e natureza da substância, mas também ao local e as condições em que se desenvolveu a ação	681

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MATO GROSSO DO SUL

- RESPONSABILIDADE CIVIL – Dano moral – Descontos indevidos por instituição financeira em proventos de aposentadoria do beneficiário idoso..... 695

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

- DANO MORAL – Inscrição indevida nos órgãos de proteção ao crédito – Relação de consumo – Responsabilidade solidária e objetiva..... 699

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ

- INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS – Juizado especial cível – Uniformização dos temas referentes à telefonia móvel 705

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RONDÔNIA

- RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – Danos material, moral e estético – Sequência de erros médico após cirurgia cesariana desencadeando quadro de infecção e culminando em lesões no intestino..... 709

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RORAIMA

- MANDADO DE SEGURANÇA – Comprovação de três anos de atividade jurídica para ingresso na magistratura – STF fixou tese de que o triênio começa a correr no momento da conclusão do curso de Direito e se afere no momento da inscrição definitiva no concurso público 715

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA

- LOCAÇÃO – Exigência de encargos moratórios depois de três anos – Inadmissibilidade – Embora tenham os pagamentos sido efetuados dias depois, a situação se postergou no tempo sem qualquer oposição..... 719

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SERGIPE

- MANDADO DE SEGURANÇA – Juizado Especial – Contagem de prazos em dias úteis – Dias que são necessariamente contínuos ou corridos – Prazo em dias úteis que foi criado como uma ficção que deve ser entendida como parâmetro excepcional..... 723

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

- RESPONSABILIDADE CIVIL – Dano moral – Criança portadora de síndrome de Down – Solicitação aos pais para presença no local de recreação do cruzeiro 727

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE TOCANTINS

- MANDADO DE SEGURANÇA – Embargos declaratórios – Inadmissibilidade – Direito de obter certificado de antecipação de conclusão de ensino médio ao aprovado no ENEM..... 731

ÍNDICE ALFABÉTICO–REMISSIVO

ÍNDICE DE TEMAS..... 735

ÍNDICE DE AUTORES 739

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORMAL INÉDITA 743